

Falta credibilidade ao

Economia

Bresser

terça-feira, 27/9/88 □ 1º caderno □ 15

governo para um novo choque

BRASÍLIA — O governo não tem credibilidade e falta apoio no Congresso para sustentar um novo choque na economia. Estas são, na opinião dos principais assessores dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, razões suficientes para impedir que a equipe econômica adote a saída heterodoxa contra a inflação: desindexação da economia, acompanhada de congelamento de preços e salários. Sem essa medida, porém, a equipe do governo reconhece que dificilmente a inflação cairá.

Com a extinção do decreto-lei pela nova Constituição, um novo choque teria que ser baixado por "medida provisória" — que subsituiu o decreto-lei e é automaticamente rejeitada, se não for aprovada em 30 dias pelo Congresso. "Somente um clamor da sociedade forçaria os parlamentares a aprovarão uma medidas dessas", diz alta fonte do governo. "Às vésperas de eleições municipais e presidenciais, o congelamento de salários seria uma medida Jim Jones: os congressistas aprovariam e se suicidariam em seguida", completa um importante assessor da Seplan.

A equipe econômica acha que tanto o choque quanto um pacto social não conseguem decolar porque empresários e trabalhadores ainda não sentiram a profundidade da crise brasileira. Os técnicos lembram que a baixa taxa de desemprego é comparável à do Plano Cruzado; os trabalhadores têm conseguido até recuperar o nível de salário real nas negociações coletivas; os empresários têm mantido sua margem de lucro, com repasse dos custos aos seus preços. Esse quadro faz com que, na opinião dos assessores do governo, tanto empresários como

trabalhadores relutem em assumir os sacrifícios necessários para interromper a corrida de preços.

Hiperinflação — Os técnicos do governo se dividem entre os que temem a hiperinflação e os que, em menor número, acreditam que ela é o único fator capaz de unir a sociedade. A hiperinflação poderia forçar um pacto social em que se negociariam as perdas, tanto nos lucros quanto nos salários, inevitáveis para o ajuste econômico.

Hoje os responsáveis pela política feijão com arroz repetem o diagnóstico que orientou a edição dos planos Cruzado e Bresser: os mecanismos de indexação da economia fazem a inflação passada corrigir os preços futuros e impedem a queda gradual, que o governo esperava conseguir com a contenção do déficit público. Apesar disso, o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, acha que a política de redução do déficit evitou que se concretizassem as previsões pessimistas de uma inflação de 30% já no início do segundo semestre.

O governo tem instrumentos de controle de preços, pelo menos daqueles administrados pelo CIP e pela Sunab, mas os técnicos acreditam que eles só seriam eficazes se pudesse também controlar salários e todos os contratos da economia. Isso só seria possível com o apoio do Congresso. "Com essas limitações, o índice de inflação dificilmente vai cair no curto prazo", admite alta fonte do governo, que espera conseguir manter essa situação até que o déficit público caia significativamente. "E o próximo governo, eleito, poderia tentar uma medida mais radical", completa.